

A C T A N° 5/93

- - - Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Viana do Castelo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo sob a presidência de António Ribeiro de Oliveira Amaral, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão o Membro José Augusto Neiva de Sá, Primeiro Secretário, e, como Segundo Secretário Alcino Lemos. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Fernandes Branco Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo, António José Martins Pereira e Esaú Silva da Rocha. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão com a presença de 60 Membros e a falta de 21 Membros, conforme documento que se junta sob o número 1.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Previamente ao Período Antes da Ordem do Dia o Presidente da Mesa informou das cartas que lhe foram dirigidas pelos Membros do Partido Socialista, Olímpia da Silva Felgueiras Pontes, pela qual comunica a renúncia do respectivo mandato, tendo aquele Membro sido substituída, por Francisco Dias Ribeiro. Seguidamente deu conhecimento de outra correspondência que lhe foi remetida. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE:-** Cumprimentou os presentes e pediu mais um pouco de tempo, a fim de alargar a sua intervenção. Disse que após onze anos como membro da Assembleia por inerência do cargo de Presidente da Junta seria a última Assembleia a que estaria presente, visto não se ter candidatado o que é diferente de ter perdido as eleições. Durante todo o tempo do seu mandato a maior preocupação foi trazer os problemas da freguesia, tendo algumas vezes sido bem atendido e resolveram-se problemas, se bem que a maior parte deles ficaram por resolver. Nem sempre aprovou as propostas que foram apresentadas, mas tudo fez conscientemente. Na última campanha eleitoral houve um caso que o magoou e que veio a público através de algumas

forças políticas em que se afirmava que estava envolvido em determinados documentos da Câmara. Falou depois sobre o PDM e afirmou que todas as Juntas de Freguesia tiveram tempo suficiente para se debruçar sobre este processo, podendo ouvir a população, e dar conhecimento do facto ao Grupo de trabalho criado para o efeito pela Câmara. Em Darque referiu que foi promovido um trabalho de auscultação da população e até o assunto foi presente à Assembleia de Freguesia. Votou favoravelmente o PDM, porque se já existisse este documento não aconteceria o que aconteceu de grave em Darque no campo da construção e, ainda, porque foi analisado e discutido no que concerne a Darque. Em Darque não houve qualquer campanha negativa. Aludiu que na altura sugeriu que se elaborasse desde logo o Plano de Pormenor e que tudo, referente a Darque, se votaria favoravelmente. Referiu, depois, a polémica criada à volta de Darque vir a ser integrado na cidade. Foi sempre contra tal facto e a razão principal é que a freguesia de Darque possui estatuto de Vila aprovado pela Assembleia da República e por este facto, segundo os pareceres que estão na sua posse, só a mesma Assembleia da República se poderá para o efeito pronunciar. Se durante o tempo que pertenceu a este órgão qualquer das suas intervenções melindrou alguém referiu que foi sem qualquer intenção e pede desculpa, porque nunca quis prejudicar ou afectar fosse quem fosse. Continuando, referiu-se ao Presidente da Câmara e aos Plano e Orçamento Municipais.

- - - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARROSELAS:- Agradeceu tudo o que durante este mandato foi concedido a Barroselas e em nome do povo daquela freguesia, que representa, apresentou as mais sinceras homenagens de gratidão e apreço e a todos um feliz Ano Novo.

- - - FILIPE CAVALEIRO:- Cumprimentou os membros da Assembleia e Câmara. Ao terminar este mandato e por motivo de doença do líder na Assembleia do CDS/PP, Engº Valdemar Coelho, dirigiu algumas palavras no sentido de deixar clarificada a contribuição dada pelos membros deste partido para dignificar as funções da Assembleia em todos os debates políticos e na resolução dos problemas que afectam a cidade e concelho sem qualquer sectarismo político. Referiu que não formulou quaisquer

críticas aos membros da Câmara que cessam funções, pois em democracia o melhor juízo é sempre feito pelos eleitores e assim foi demonstrado de forma bem clara. Terminou a desejar a todos um novo ano cheio de prosperidades e saúde com extensão aos membros que agora foram eleitos para o mandato que vai iniciar-se e fazer votos de um bom desempenho e empenhamento no exercício das suas funções e na defesa do real interesse das populações da cidade e do concelho.

- - - **SOARES PEREIRA:-** Cumprimentou todos os presentes. Aludiu que estavam ali naquela que será a última sessão deste mandato e assim é natural que se ouçam algumas intervenções políticas relacionadas com o acto eleitoral do dia doze. Disse que não ia fazer uma intervenção política, porque precisaria de bastante tempo, mas não resiste em afirmar que o mandato que vai terminar foi bastante pobre, sem fulgor e apagado. Todavia, os partidos da oposição tudo fizeram para que isso não acontecesse e se algum fulgor ou chama existiu devesse aos mesmos partidos. Teceu considerandos ao partido no poder, referindo que com ventos e marés a seu favor acomodou-se. Os seus elementos preferiram adormecer e estagnar à sombra de uma ampla maioria e interiorizaram-se na convicção que eram os donos da verdade e se calhar os donos do mundo. Referiu que as propostas apresentadas pela oposição, por princípio, eram rejeitadas. Citou alguns casos que apresentou no sentido de pressionar o Governo Central para bem de Viana, mas em tudo foram ignorados. Referiu também que os Membros do PSD se riram quando foi criticada a forma empuada e arrogante como o Município estava a ser dirigido. Teceu alguns considerandos ao novo ciclo que vai começar e afirmou que os Socialistas estão aqui com simplicidade e a maior abertura, mas também com redobrado vigor e energia. Disse que iam fazer o possível para que este local passasse a ser uma área de debate, de apresentação de propostas e debate de idéias dos que vão integrar o novo órgão.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREÇO:-** Começou por referir que ia falar em dois âmbitos - freguesia de Carreço e da análise de outra parte bastante interessante. Da freguesia de Carreço disse que foi mandada uma exposição a diversos órgãos nacionais sobre o abuso de poder numa instância aqui na zona de Viana do Castelo. Passou, depois, a citar, lendo, a exposição

com diversas citações a artigos da Constituição da República Portuguesa no que se refere às autarquias locais. Continuando, aludiu que desde 1985 a freguesia de Carreço, através dos seus órgãos tem pugnado no âmbito das suas competências e atribuições pela defesa e protecção do meio ambiente e qualidade de vida do respectivo agregado populacional. Neste seguimento, conforme dispõe a Constituição da República Portuguesa e voltou a citar diversos artigos, tanto a Junta de Freguesia como a Assembleia de Freguesia tem sempre presentes estas e outras disposições legais. Como é uma freguesia litoral e com um património de costa vasto e valioso tem tido a autarquia o cuidado de não ser degradado este espaço territorial. Em 1984, procedeu-se à delimitação do domínio público marítimo, por iniciativa da Junta, publicado no Diário da República nº 232, 3ª Série, de 9/10/87. Continuou a citar artigos da Constituição da República Portuguesa, para defender o litoral principalmente a praia de Paçô, para referir a necessidade de dotar esta praia com as infra-estruturas necessárias, no contexto do PDM de Viana do Castelo. Teceu diversos considerandos aos contactos para o efeito encetados a nível da Administração Central, a fim de dotar esta praia com meios necessários para os fins em vista, dado ser muito frequentada e tudo se fez para mover a Capitania do Porto de Viana do Castelo da orientação que estava a seguir por não ser a mais correcta. E isto, porque existem naquele local uns barracões destinados a apoio de pesca que foram convertidos em casas de segunda habitação sem qualquer tipo de acção da Capitania; também existem diversas violações do domínio público e hídrico nessa área e outras práticas que referenciou, apelando a Junta de Freguesia de Carreço que seja reposta a legalidade e salvaguardados os princípios constitucionais não respeitados pela Capitania do Porto de Viana. Citou a data da exposição remetida a diversas entidades oficiais, estando a decorrer os seus trâmites legais. De seguida, sucintamente, fez um balanço da sua actividade na Assembleia Municipal e agradeceu a todos os que trabalharam em prol da nossa comunidade. Terminou desejando um bom ano para todos.

- - - **AMÍLCAR SANTOS:-** Disse que pensava aproveitar esta sessão para desenvolver um balanço crítico durante o que mais importante decorreu durante este período de quatro anos da gestão

maioritária do PSD no nosso concelho. Todavia, face aos resultados eleitorais a intenção ficou prejudicada, pois os Vianenses em 12 de Dezembro resolveram arrumar a questão e infligir uma grande derrota à gestão do PSD. De seguida, dirigiu-se ao Presidente da Câmara para lhe dizer que a competência, capacidade de trabalho e honestidade só dão frutos quando se sabe dialogar. Mudou de assunto e seguindo factos vindos na imprensa perguntou se trabalhadores e viaturas do Município foram utilizados pelo PSD na campanha eleitoral, pelo que gostava que para o efeito fosse esclarecida a Assembleia. Por outro lado e segundo ainda a imprensa, pedia também para a Assembleia ser informada da polémica do terreno para a concessão das bombas da gasolina do novo acesso na zona da Argaçosa. Chamou a atenção da construção de uma baía na paragem de autocarros frente ao novo Seminário. Chamou ainda a atenção para o desnível existente entre as caixas de saneamento na nova estrada, dita "Entre Santos", visto haver um desnível de 5 a 10 centímetros naquelas caixas.

- - - **RODOLFO PARENTE:-** Fez um ponto breve da situação no final deste mandato, referindo-se que o PSD não soube dialogar com a oposição e fechou-se, pensando ter a verdade absoluta. Referiu que não foi um mandato positivo e o PSD tentou estigmatizar toda a oposição não fazendo um jogo democrático. O não dos vianenses foi principalmente à forma de gestão da autarquia, pois não querem a arrogância e a falta de diálogo. Assim pensaram os agricultores, comerciantes, os pequenos proprietários e as pessoas que queriam construir alguma coisa. O PS vai pugnar por uma gestão participada e aberta e aqui terão concerteza lugar os membros do PSD que estiverem bem intencionados. O PS vai ter uma gestão necessariamente diferente e espera-se que o PSD saiba perder e colabore na futura gestão autárquica, desta vez com o PS, evidentemente dentro das regras da oposição e do jogo democrático. Desejou, depois, ao Presidente da Câmara um bom ano e uma futura carreira no ensino como votos do PS daqui endereçados.

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-** Começou por fazer um elogio das qualidades do Dr. Branco de Moraes no mandato que agora acaba e para o qual foi eleito por maioria absoluta, atentas as interrogações inicialmente colocadas e ficaria mal aos vianenses e principalmente aos Sociais

Democratas que não fossem reconhecidas as suas capacidades, honestidade e o trabalho para uma Viana moderna e não socializante ou do passado. Referiu que também cometeu falhas, pois foi uma pessoa pragmática e personalista, mas que vai sair pela porta nobre e aqui vai ficar também o seu reconhecimento, acrescentando que não foi um homem verdadeiramente político, sendo algumas vezes radical face ao atraso de Viana. Continuou a falar sobre os seus princípios éticos e morais e de alguma imprensa pouco digna e séria que o atacou indevidamente. Lutou por um ideal de Viana moderna, que os Vianenses viam votada ao esquecimento e contribuir para a formalização de importantes melhoramentos a todos os níveis. Referiu, em continuação, que o Presidente que os Vianenses em 12 de Dezembro despediram sem justa causa pretendeu que se construísse uma verdadeira democracia política, económica, social e cultural, sendo as medidas mais críticas sempre vendidas pela oposição como impopulares e lesivas do bem estar. Lutou para ver Viana modernizada e encontrou opositores que classificou e explicou a situação atentas as cidades europeias e fez a respectiva comparação. Disse que foi um vianense insigne e de elevada estatura moral, tendo dado provas de grande seriedade, serenidade, firmeza, coragem, determinação, competência e eficácia à frente dos destinos da Câmara. Continuou a falar sobre a postura em todos os aspectos do Dr. Branco de Morais. Colocou em primeiro lugar o seu concelho e muito depois o PSD. Há que prosseguir na senda aberta pelo Dr. Branco de Morais em todos os aspectos, abandonando-se tudo o que se tenta destruir em Viana.

- - - **LUCÍNIO ARAÚJO:-** Boa noite a todos. Principiou por dizer que tivemos eleições, tivemos renovação como sempre acontece aquando das eleições. Uns ganharam, a quem endereçou os parabéns, outros perderam e, portanto, terão de tirar algumas lições. Justificou a situação e concluiu que não se pode inferir que a Câmara tenha feito um mau trabalho. Considerou a gestão do Dr. Branco de Morais e da sua equipa virada para a frente, não obstante terem sido esquecidos certos pormenores que levou ao resultado obtido em 12 de Dezembro. Continuou a dissertar sobre a obra que a Câmara fez neste mandato e fez certas comparações com o passado e prevendo que para o futuro poderá tudo

isto ser benefício para o PSD. Terminou, dizendo que o PSD continua a possuir maioria na Assembleia Municipal e se as propostas a apresentar pelo executivo forem capazes para os Vianenses no entender da maioria (porque são livres na sua maneira de pensar e de decidir) serão aceites e rejeitadas aquelas que também em consciência pensam que são más para os vianenses.

- - - **DAVID PEREIRA:-** Iniciou a sua intervenção referindo que os últimos dois oradores, vieram repor um bocado a verdade, porque senão parecia que a Câmara não tinha feito nada, pois não é assim tão verdade, porque está num documento que foi distribuído que há um contrato de programa de doze milhões de contos e isto é muito dinheiro e muita actividade da Câmara. Considerou uma grande perda para o Município a saída do Presidente da Câmara. Continuou, afirmando, que quando se perde e quando se ganha se vão dizendo coisas e houve alguém que disse que Viana vive o segundo 25 de Abril. Mas se deve pedir a Deus e aos homens que tenhamos o 25 de Abril, mas só no que de positivo se sucedeu. Terminou com uma saudação de simpatia e desculpas por alguma intervenção mais incisiva, desejando para todos um bom ano de 1994 com muito progresso para o concelho.

- - - **GONÇALO FAGUNDES:-** Teceu considerandos relativamente à intervenção do Membro Antero Filgueiras e concluiu que o conjunto de dados que apresentou são demasiado abonatórios para o executivo. Registou certos aspectos positivos que trouxeram algum progresso à nossa cidade e ao nosso concelho. Afirmou que o comportamento da CDU onde é poder ou oposição é trabalhar, dar o melhor de si, aprovar o que é correcto e reprovar ou combater energicamente aquilo que lhes parece incorrecto. E no futuro o comportamento será igual, portanto, responsável e adulto. Falou, depois, no Vereador que no mandato que agora vai terminar esteve na Câmara, pelo que a sua atitude foi seguir o ponto de vista atrás deixado explanado, lamentando a crítica a que foi objecto de certos ambientes, pois não se considera correcta. Concluiu desejando ao Presidente da Câmara os melhores sucessos na sua vida futura.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Saudou todos aqueles que não vão estar na próxima Assembleia, e teceu elogios ao Presidente da Junta de Freguesia de Darque e ao seu saber estar como lutador para a sua

terra, pois ninguém ignorará tal facto. Referiu, a seguir, que nesta ocasião se justifica mais fazer um balanço do que foi a Assembleia Municipal, porque relativamente à Câmara vamos ter a informação do Presidente. Aludiu que, independentemente de bons e maus momentos que se passaram e até de camaradagem que se gerou entre pessoas de vários partidos, a próxima Assembleia em que o PS não vai ser maioritário, como aqui já foi dito, possa ajudar que o órgão seja mais participativo na gestão do Município. Lembrou casos em que as propostas do PS não foram aceites, nomeadamente em relação às taxas, esperando que futuramente tal facto não venha a acontecer e que se discutam todos os assuntos em pormenor. Disse ainda, que esperava que na próxima Assembleia houvesse uma sala para trabalhar, a fim de se conseguir dar uma dignidade diferente a este órgão. Reconheceu que no PS vão ter dificuldades em elogiar pessoas, porque não têm nenhum Antero Filgueiras para fazer intervenções tão elogiosas no cumprimento de um papel que é muito difícil. Por fim destacou a intervenção do Membro Lucínio Araújo, porque foi das poucas pessoas que deu os parabéns pela vitória ao partido que ganhou as eleições e que disse uma coisa considerada muito interessante, pois no futuro estaria aqui para colaborar e aceitar todas as propostas que sejam para o bom desta terra.

- - - **PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA:-** Disse que depois de ouvir as intervenções dos Membros da Assembleia também tinha alguma coisa a dizer sobre o desenrolar deste mandato, mas só o fazia no final, após apreciada a ordem de trabalhos e, portanto, no acto de encerramento iria dirigir algumas palavras e referir ou comentar algumas das intervenções efectuadas. Entretanto, perguntou ao Presidente da Câmara se queria usar da palavra, ao que este respondeu afirmativamente.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Principiou por responder a duas questões colocadas pelo Membro Amílcar Santos. No que concerne a uma queixa junto do Procurador Geral da República, que referiu ser por pessoas não identificadas, porque não tinha conhecimento para além do que os jornais diziam, afirmou não ter nada a dizer pois trata-se de um caso em segredo de justiça, ficando espantado pelo facto de estar a ser tratado em jornais, mas deixou dito que nem o Presidente da Câmara e, tanto quanto sabe nenhum funcionário também da Câmara tem deixado de dormir tranquilamente. Acerca

das bombas da gasolina da Papanata, disse que fizeram aquilo que nem sempre se faz nos Municípios, dependendo os interesses conseguiu-se que fossem postos ou venham a ser postos à disposição da Câmara já não desta mas da próxima cerca de 102 mil contos para a realização de obras na zona da Papanata. E aquilo que noutros Municípios é concedido graciosamente ou quase, aqui tem sido objecto de acérrima disputa, apesar de se ter aberto um concurso limitado como nunca se fez noutro Município de Portugal, o que revela a isenção da Câmara Municipal e a vontade de maximizar os meios à disposição da comunidade para a satisfação de necessidades colectivas. Assim, aconteceu na consequência desse concurso limitado que houve uma comissão que apreciou as propostas no foro técnico, propondo-se o ordenamento dos três concorrentes à Câmara, que discutiu o assunto e, depois, decidiu por unanimidade que fosse a proposta votada por escrutínio secreto e a proposta técnica dos técnicos ganhou por quatro votos a favor, três contra e uma abstenção, tendo-se ausentado um vereador por estar ligado a uma das partes. Continuando, deixou explanado, como pergunta, se será pecado defender o melhor que se pode e sabe os interesses da comunidade; será desonesto aceitar para os cofres do Município 102 mil contos; será que o Presidente da Câmara devia ficar com metade no seu bolso. Terminou, dizendo que respondeu a estas duas questões. Depois, virando-se para todos disse que queria deixar sublinhado que logo aquando da informação do Presidente da Câmara que nunca recebeu tantas manifestações de apoio de tanta gente e dos mais diversos quadrantes políticos e ideológicos e dos mais diversos sítios do país e do estrangeiro, depois de 12 de Dezembro de 1993. Confessou que foi para ele uma surpresa, porque na noite de 12 de Dezembro, às 23 horas, quando reconheceu que tinha perdido o seu projecto, que se tratava de derrota pessoal e felicitou o PS pela sua vitória. Disse ter cometido muitos erros ao longo do mandato, alguns foram de modo consciente, porque teve de optar entre governar para as próximas eleições. Desde o início que os seus companheiros e colaboradores mais directos sabem que a sua intenção era para governar para as próximas gerações, mesmo que isso prejudicasse o período eleitoral para o dia 12 de Dezembro. Terminou a agradecer a oportunidade que lhe foi dada para falar.

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (doc. nº 2)

- - - **ARMINDO MOURA:-** Cumprimentou todos e em especial o Presidente da Câmara com muita consideração e estima e que já o tinha cumprimentado no início da sessão, subjectivando palavras de apreço ao Dr. Branco de Moraes. Continuando, disse que dos erros do Presidente da Câmara o maior foi o de ter de se subordinar a um partido, que só por si condiciona a concepção realista das coisas que correspondem às necessidades do povo do nosso país e também do povo do nosso concelho. Falou, depois, sobre a falta de diálogo em geral, porque da parte da maioria do PSD houve sempre uma arrogância em todos os aspectos e mesmo contra todas as realidades palpáveis e visíveis. Continuou a dissertar relativamente à informação do Presidente da Câmara e que o PS havia de a analisar e não se podia contentar com aquilo que foi realização deste Executivo, mas sim fazer um levantamento rigoroso do qual deve constar, também, aquilo que não foi feito. Criticou a Feira do Livro e a Festiviana.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Referiu que as informações municipais deveriam ser para esclarecer a Assembleia de tudo que vai acontecendo, desde a última sessão até à seguinte e assim sucessivamente, facto este que nunca foi conseguido, não obstante a atitude da Câmara ter sido criticada. A informação de hoje não merece esse particular, trata-se de uma última informação que o Presidente da Câmara escreve. No entanto, formulou duas perguntas, porque a informação continua incompleta, como já vem sendo hábito, que tipificou, assim: 1. Quando se fala nos contratos-programa de dois milhões de contos, que espécie de contratos foram esses e onde está escrito que contratos são, que compromissos estão assumidos e se o governo vai eventualmente dar essa verba à nossa Câmara e ao nosso Município ou se eventualmente esse dinheiro com que se enche a boca são antes na grande maioria dos casos uma promessa do governo de apoiar a Câmara de Viana junto das instâncias Comunitárias na sua candidatura a determinados fundos insertos nesses documentos; 2. Relacionada sobre a contrapartida para um parecer favorável para a instalação de uma bomba de gasolina, sendo a única Câmara a

praticar tais actos, mas nunca foi esclarecida a Assembleia de quais foram as contrapartidas dadas para a instalação do Hipermercado, porque, tanto quanto se sabe, os benefícios para a cidade são diminutos e o terreno doado seria sempre pelos seus proprietários entregue à Câmara, porque já se encontrava tal facto assente desde os tempos em que o Membro Lucínio Araújo era Presidente da Câmara. Referiu de seguida que, analisado esse protocolo, as contrapartidas reais são para favorecer o trânsito nas entradas e saídas do Hipermercado e que tudo isto contrasta, portanto, com o que foi exigido para um simples parecer relativo à instalação de uma bomba de gasolina. Disse também que o Presidente da Câmara afirmou num debate que as contrapartidas do hipermercado atingiam 250 mil contos, mas lamenta-se que nesta última informação não venha mencionado esse tal protocolo para se ajuizar os tais 250 mil contos da forma como eles são avaliados e a forma desses critérios de contrapartidas que levam uns a terem de dar o que tiveram e outros a darem tão pouco, o que, no mínimo, é misterioso. Referiu que entendia ser esta altura fazer estas duas perguntas, no seguimento da informação escrita do Presidente da Câmara. Esperava, também, que o Presidente da Câmara explicasse bem e por escrito quais são as contas com que deixa esta Câmara, o que julga até esta data ainda o não ter feito, porque o que interessa saber são todos os compromissos assumidos. Por último, pediu ao Presidente da Câmara para que esclarecesse se nos últimos dez dias houveram diversas nomeações nos cargos de responsabilidade técnica e administrativa e ao mesmo tempo se também houve diversas movimentações de pessoal, porque, também no decorrer do tempo, esta Assembleia nunca percebeu bem o que se passava com o pessoal da Câmara. Terminou desejando ao Presidente da Câmara um bom ano de 1994.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Disse que só ia responder ao caso do hipermercado Modelo. Assim, referiu que esse protocolo foi aprovado apenas com a abstenção do Vereador Maurício de Sousa. Referiu que as contrapartidas foram estimadas na altura em 250 mil contos, porque há em terrenos cerca de 11 mil metros quadrados, cujo valor é difícil determinar, embora, tratando-se como se trata de uma área cada vez mais central da cidade, se tenham avaliado esses 11 mil metros quadrados em cerca de 200 mil contos, o que, somado aos restantes financiamentos levados a efeito no local,

resulta numa contrapartida de cerca de 250 mil contos. Sobre o restante, afirmou que estava a exercer funções até à instalação da nova Câmara, competindo-lhe, portanto, a preocupação de defender os interesses legítimos da Comunidade.

**PONTO 2 - TAXA PARA O ANO DE 1994, DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA
SOBRE PRÉDIOS URBANOS (doc. nº 3) -----**

- - - **LUCÍNIO ARAÚJO:-** Referiu que foi várias vezes dito que era necessário ouvir as vozes dos Vianenses e ela manifestou-se inequivocamente através de eleições. Salientou que o Partido vencedor disse à população de que um dos pressupostos que iria rever seria a diminuição das taxas praticadas na Câmara, pelo que se a população votou esse Partido, por conseguinte votou neste pressuposto. Sendo assim não faria sentido em se ir contra a vontade da população se viéssemos a aprovar a presente taxa. Disse, por último, que a Assembleia deve aprovar a taxa mínima, ou seja 1,1 por cento e não de 1,3 por cento como vem proposto. Dai que, pela sua parte, irá votar contra esta proposta.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Referiu que durante o mandato, que agora termina, várias vezes apresentou propostas de alteração de montantes de números relativamente àqueles que eram apresentados pela Câmara Municipal, a Mesa da Assembleia rejeitou essas propostas de alteração, declarando que queria que isto ficasse a constar da acta. Disse que a Mesa desta Assembleia e esta Assembleia sempre rejeitaram qualquer alteração proposta neste sentido, quer no tocante a Regulamentos, taxas ou outros, o que se pode constatar através das actas. Referiu que não houve qualquer proposta apresentada pelo PS que apontasse na redução de taxas ou redacção de artigos de Posturas ou Regulamentos que fossem aceites pela Câmara e por esta Assembleia, a não ser naquilo que fosse reconhecido como erros de escrita, sendo sempre teoria defendida pela Mesa e pelo PSD que a proposta que vinha da Câmara não podia ser alterada, ou era rejeitada ou não era e, portanto, seria aprovada. Nesta conformidade, colocou a seguinte questão:- O que o Membro Lucínio Araújo propõe aqui é que se rejeite a proposta da Câmara Municipal, quer vir dizer, agora, que o PSD pretende que se rejeite a proposta da Câmara e, assim, nada mais tenho que saudar este gesto do Sr. Lucínio de Araújo.

Temos de ser honestos, porque o futuro Presidente da Câmara disse claramente numa intervenção pública e também nos jornais que reconhecia que havia necessidade de baixar taxas municipais, aquelas que eram fundamentalmente gravosas, nomeadamente as taxas de infraestruturas urbanísticas, as taxas de saneamento e a forma de considerar algumas das taxas com efeitos retroactivos. No que se refere à taxa da contribuição autárquica disse, por outro lado, que concordava que ela se devia manter na percentagem de 1,3 enquanto não houvessem avaliações especiais feitas pela Repartição de Finanças, que consta que vão ser promovidas, ou então enquanto não for publicado o novo código das Avaliações, porque 1,3 em termos de contribuição autárquica é relativamente baixo visto que a maioria das avaliações das casas estão desactualizadas. Assim, concorda-se com a taxa proposta de 1,3. Referiu que agora esta atitude do PSD é definidora do tal quadro de colaboração que aqui foi anunciado e que manifesta de uma maneira clara a hipocrisia que o PSD é capaz de ter. Durante 4 anos sempre que aqui se pretendeu discutir taxas o PSD recusou-se.

- - - **FILIPE CAVALEIRO:-** Disse que ao analisar a proposta da fixação da taxa assumida pela actual Câmara, tal fixação revela uma intenção responsável, mas que, face à campanha eleitoral e às promessas do PS de que iria rever as taxas, é de parecer que a Assembleia deveria deixar à nova Câmara a resolução deste problema porque se o prazo se não for cumprido, mantêm-se a taxa que está em vigor. Assim, era altura dos membros do PS assumirem frontalmente a responsabilidade da taxa de 1,3 por cento.

- - - **LUCÍNIO ARAÚJO:-** Disse que se as propostas apresentadas pelo PS tivessem conteúdo e fossem razoáveis, portanto, excluídas do aspecto demagógico e com conteúdo, o PSD analisaria e votaria favoravelmente. Reforçou o seu ponto de vista no sentido que era forçosamente de se considerar aqui e agora a vontade da população e quando o PS faz propostas concretas de baixar as taxas, não venham aqui dizer, conforme lhes convém, que uns impostos são maus e outros são bons. Todos os impostos entram nos bolsos dos vianenses e por esta razão é preciso respeitar as propostas do PS na campanha eleitoral

- - - **CARLOS RESENDE:-** Referiu que o PS iria rever as taxas, mas mantendo a taxa da contribuição autárquica. Disse que foi muito claro e se quisessem consultar os jornais os jornais ou o debate que foi transmitido pelo rádio GEICE podiam verificar tal facto e tentar dizer-se está neste momento a querer fugir às promessas é completamente mentira. Referiu que não têm dúvidas que a Câmara precisa de ser financiada e nós não tem dúvidas, ao fazer a comparação, que não se pode aceitar que se pague por uma licença de construção mil e tal contos. Nunca o PS teve dúvidas em referir isso na campanha eleitoral e apresentou casos concretos e neste sentido.

- - - **ROSALINA MARTINS:-** Disse pensar que esta discussão é um tanto extemporânea, porque o PS apresentou-se ao eleitorado com uma equipa e um projecto que vai ter um determinado apoio na Assembleia Municipal e, portanto, todas estas questões irão ser debatidas no momento oportuno. Disse que está aqui a cumprir ainda um mandato e o Presidente da Câmara disse à bocado que até ao dia 3 de Janeiro às 15 horas era Presidente da Câmara e como o Dr. Defensor Moura não está aqui para se defender, entende que as questões das taxas deverá ser discutida em momento oportuno. - - -

- - - **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Disse que não é permitido apresentar propostas de alteração e, portanto, a proposta aqui em discussão ou será aprovada ou rejeitada. Voltou a falar sobre as propostas do PS na campanha eleitoral e que cada um deve votar como entender e no futuro o PSD irá mostrar o que vale e que não estará aqui para obstruir mas sim para colaborar com propostas honestas e realistas.- - - Finda a discussão deste ponto, o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação tendo obtido o seguinte resultado: trinta e oito votos contra; zero votos a favor; vinte e uma abstenções. Em face deste resultado, ficou deliberado não aprovar a referida proposta da Câmara Municipal. -----

- - - Os membros Rodolfo Parente, Carlos Resende e António Silva fizeram declaração justificativa de voto de abstenção e o membro Domingos Cachadinha fez declaração justificativa de voto contra. - - -

PONTO 3 - 1ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES E AO ORÇAMENTO DA

CÂMARA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 1993 (doc. nº 4) - - - - -

- - - Não havendo qualquer intervenção na discussão deste ponto o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - Encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa fixou um período de intervenção aberto ao público, não se tendo registado qualquer intervenção.

- - - **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** Disse que, no termo do actual mandato, aproveitaria para falar aos membros da Assembleia Municipal. Em primeiro lugar dirigiu a palavra ao Dr. Branco Morais, dizendo que o que fez de positivo é muito mais importante do que fez de negativo e ao mesmo tempo o felicitou. Disse que aceitou a decisão do eleitorado com espírito democrático, mas ao que agora se tem ouvido, se tudo voltasse para trás, ganhava as eleições. Referiu que o Dr. Branco Morais desenvolveu um trabalho brilhante por Viana do Castelo. De seguida referiu que o PSD não vinha para aqui boicotar os trabalhos da próxima Assembleia e do próximo Executivo, pois o PSD vai estar pelo progresso e pelo desenvolvimento deste concelho. Aproveitou para apresentar os parabéns ao PS e referiu estar o PSD atento a todas as propostas e que não estarão na oposição por oposição, mas sim que vão respeitar os projectos de todos os partidos. Teceu outros considerandos e disse que o PS deve respeitar e fazer cumprir as propostas que apresentou ao eleitorado. Falou sobre outros aspectos relacionados com o mandato que agora vai terminar e as críticas de que foram objecto. A maioria da Assembleia estava com o partido maioritário e era à oposição que lhe competia fazer críticas construtivas e não destrutivas. Agradeceu a todos e sublinhou que se devem respeitar os resultados eleitorais e desejou felicidades para todos. Informou que o acto da instalação será no dia 3 de Janeiro de 1994, conforme já acordou com o Dr. Defensor Moura, tendo, para o efeito, feito o respectivo convite. Sublinhou por outro lado, que a próxima sessão da Assembleia Municipal está prevista para o dia 10 de Janeiro de 1994, conforme irá constar da respectiva convocatória. Terminou desejando um Bom Ano.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 4 do artigo 85º do Decreto-Lei número 100/84, de 29 de Março, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -